

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

O Presidente do nosso Partido encerra a festa do Chão de Lagoa uma reunião tradicional do PSD



Destaques:

O Conselho de Jurisdição Nacional esclarece e confirma o Regulamento da Eleição Directa do Presidente da Comissão Política Nacional

Leia em pags. 2 e seguintes

Governo Regional da Madeira denuncia o “Caos inadmissível nos transportes aéreos”

Leia em “Comunicado do Gov. Reg. Madeira, no interior

António Capucho na confraternização final dos Campeonatos do Mundo de Vela

Leia em “Notícias de Cascais”

Festa do Pontal no Algarve

Na sua qualidade de Presidente do PSD, Marques Mendes, irá encerrar o encontro tradicional do Pontal, no Algarve.

Mendes Bota, deputado por Faro, sublinha que “os preparativos para a Festa do Pontal começaram a fazer-se há muito tempo, e”... o Presidente do nosso Partido, dr. Luís Marques Mendes, é - e tem de ser - respeitado como tal. A Festa do Pontal é a festa do Partido, é para todos os militantes e simpatizantes”, sublinha o líder do PSD/Algarve.

Mendes Bota defende que “a campanha eleitoral interna deve ficar à porta” do encontro dos sociais-democratas.

O presidente da Juventude Social-Democrata, Pedro Rodrigues, e o líder dos Autarcas Sociais-Democratas, Manuel Frexes (Presidente da Câmara do Fundão) como outras destacadas figuras do PSD, já manifestaram a sua vontade de comparecer na Festa do Pontal. – Fonte: Lusa



Conselho de jurisdição

Em declarações prestadas à Lusa, o presidente do Conselho de Jurisdição do PSD, Guilherme Silva, afastou a hipótese daquele órgão se reunir extraordinariamente para definir as regras das eleições directas, considerando que “tal não se justifica”.

“Consultei os restantes membros do Conselho de Jurisdição e a opinião da maioria foi a de que não se justificava uma reunião extraordinária”, disse à Agência Lusa Guilherme Silva.

No final da semana passada, três apoiantes da candidatura de Luís Filipe Menezes à liderança do partido requereram uma reunião extraordinária

do Conselho de Jurisdição Nacional para definir as regras das directas de 28 de Setembro.

Em carta dirigida ao presidente do órgão fiscalizador dos actos eleitorais do PSD, Rui Gomes da Silva, José Guilherme Aguiar e José Motta Veiga, membros do Conselho de Jurisdição, pediam a convocação de uma sessão extraordinária para a próxima terça-feira visando a “organização do processo de eleição directa do presidente da Comissão Política Nacional e do XXX Congresso Nacional”.

Em declarações à Lusa, Guilherme

Silva rejeitou tal hipótese, salientando que não “há necessidade de uma reunião extraordinária do Conselho de Jurisdição”.

“As regras já estão definidas no regulamento eleitoral”, defendeu o deputado social-democrata.

Quanto à questão do pagamento das quotas, acrescentou, “não tem que ver com o acto eleitoral, mas com os deveres dos militantes”, e também já existe um regulamento para o pagamento das quotas.

Guilherme Silva assegurou ainda que apenas uma “razão de premência”, como alguma queixa de uma das

candidaturas às eleições directas marcadas para 28 de Setembro, poderá levar à convocação de uma reunião extraordinária do Conselho de Jurisdição social-democrata.

O presidente do órgão fiscalizador do PSD deixou ainda uma crítica implícita aos três militantes que requereram a realização de uma reunião extraordinária do Conselho de Jurisdição, defendendo que os membros do ‘tribunal’ do partido “devem ter uma posição de equidistância” e não ser “protagonistas activos desta ou daquela candidatura”.

Oficialmente, o Conselho enviou-nos, para publicação, o seguinte:

Comunicado

1. De harmonia com alínea f), do artº 27º dos Estatutos Nacionais do PSD, compete ao Conselho de Jurisdição Nacional:

“Receber as candidaturas a Presidente da Comissão Política Nacional, assegurar a transparência, garantir a imparcialidade e fiscalizar a regularidade do processo eleitoral”.

2. Tal competência vem, como não podia deixar de ser, reiterada no Regulamento da Eleição Directa do Presidente da Comissão Política Nacional (nº 9 do artº 1º), aprovado pelo Conselho Nacional do PSD, de 21 de Julho de 2007.

3. Não obstante a clareza dos Estatutos, o Senhor Conselheiro, Dr. Rui Gomes da Silva, apresentou ao Conselho Nacional, de 21 de Julho de 2007, proposta no sentido de ser criada uma Comissão Organizadora da Eleição Directa do Presidente da CPN, para fiscalizar tal acto, proposta que foi rejeitada.

4. As candidaturas deverão ser apresentadas ao CJN, até dia 21 de Setembro próximo, pelo que, até que tal aconteça, o CJN apenas conhece o propósito anunciado por alguns militantes de se candidatarem à eleição para Presidente da CPN.

5. Com apresentação das candidaturas deverão estas indicar os seus representantes ao CJN, como seus interlocutores, para efeitos de acompanhamento e fiscalização do acto eleitoral.

6. Os membros do CJN, Dr. Rui Gomes da Silva, Dr. José Guilherme Aguiar e Dr. José Motta Veiga solicitaram, no dia 2 do corrente, ao Presidente do CJN,

a convocação de uma reunião para hoje, dia 7 de Agosto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Organização do processo da eleição directa do Presidente da CPN;
b) Definição dos termos em que as candidaturas poderão acompanhar os procedimentos eleitorais, através dos representantes que venham a indicar.

7. Consultados os restantes membros do CJN (seis), foi, por todos, entendido que os termos em que se processa a Eleição Directa do Presidente da CPN estão definidos, por Regulamento aprovado pelo Conselho Nacional, não competindo ao CJN produzir qualquer regulamentação complementar, cabendo-lhe, antes, assegurar o cumprimento daquele Regulamento, do que não abdica.

8. Mais foi entendido, pela mesma maioria de membros do CJN, que, além de não competir aos Senhores Conselheiros a marcação de data para a realização de reunião do CJN, não ocorre qualquer situação de particular premência ou urgência que justifique, de imediato, qualquer reunião extraordinária.

9. O CJN do PSD não programa os seus trabalhos, não delibera, sob quaisquer pressões, mediáticas ou outras, e tudo fará para assegurar a sua necessária equidistância e dos seus membros, relativamente a todas as candidaturas a Presidente da CPN, garantindo a indispensável transparência, imparcialidade e regularidade do processo eleitoral.

10. O CJN reunirá, em tempo oportuno, em sessão ordinária, que, para tanto será convocada, nos termos estatutários, com a Ordem de Trabalhos que será oportunamente fixada e incluirá, naturalmente, questões, da sua competência, respeitantes ao Processo de Eleição Directa do Presidente da CPN. - Lisboa, 7 de Agosto de 2007, o Presidente do CJN, Guilherme Silva



PSD quer explicações da Ministra da Cultura sobre a sua ausência no centenário de Torga

O PSD quer que a ministra da Cultura explique no Parlamento o que levou o Governo a não se fazer representar domingo nas comemorações do centenário de Miguel Torga, disse hoje à Lusa fonte do grupo parlamentar social-democrata.

Emídio Guerreiro adiantou que os social-democratas irão apresentar “uma adenda” ao requerimento já entregue para que a ministra vá ao Parlamento explicar os contornos do afastamento da directora do Museu Nacional de Arte Antiga, Dalida Rodrigues.

“Havia já um conjunto de situações na cultura que nos preocupava, mas a ausência do Governo na homenagem a Miguel Torga, um dos maiores vultos da literatura mais recente nacional, veio mostrar que afinal a situação é ainda mais grave do que supúnhamos”, disse.

“Há qualquer coisa de errado aqui”, considerou o deputado, para quem “há em Portugal agentes da cultura que são alvo de todas as homenagens e outros são simplesmente esquecidos”.

Emídio Guerreiro afirmou que “é altura da ministra da Cultura perceber o cargo que exerce e deixar



de condicionar a sua actuação com base em simpatias, gostos ou férias”.

“A ausência do Governo no centenário de Torga é politicamente muito grave porque dá um sinal errado”, considerou.

A ausência do Governo nas comemorações do centenário do nascimento de Miguel Torga foi alvo de críticas no próprio dia da homenagem por parte do fundador do PS António Arnaut.

“É uma falta grave, uma omissão grave de cumprimento de um dever cívico”, disse António Arnaut à agência Lusa, no final da inauguração de um monumento ao poeta em Coimbra.

“A ausência da ministra da Cultura, do secretário de Estado ou de um membro do governo mostra que o governo não compreendeu a grandeza e o significado do que aconteceu em Coimbra. É um acontecimento nacional”, afirmou.

Para o histórico socialista, a ausência da ministra da Cultura do programa de comemorações organizado pela Câmara de Coimbra “revela a sua incompreensão do que Torga representa para a cultura portuguesa”.

- Lusa

PSD de Valença acusa o Presidente da Câmara

O PSD de Valença acusou hoje, em comunicado, o Presidente da Câmara Municipal local de se “render à política do Governo socialista, prejudicando a população, ao assinar o Protocolo com o Ministério da Saúde”.

“A aprovação do Protocolo vem retirar a Valença um Serviço de Saúde de proximidade, vulgarmente designado por SAP - Serviço de Atendimento Permanente, que tem servido a população durante as 24 horas do dia e há mais de 20 anos”, afirma a Comissão Política Concelhia dos social-democratas.

O presidente da Câmara, José Luís Serra, rubricou recentemente em Viana do Castelo, em cerimónia presidida pelo ministro da Saúde, Correia de Campos, um acordo com vista à substituição do actual SAP por um serviço que envolve a chamada nocturna de médico e uma Viatura Médica de Emergência Rápida.

Para o PSD, foram “contrariadas as expectativas criadas em Outubro de 2006, quando o Presidente da Câmara e o Ministro da Saúde fizeram acreditar que o serviço não só se manteria, mas seria ainda reforçado com a instalação em Valença da Unidade Básica de Urgências do Vale do Minho, que, por motivos ainda não explicitados, foi para Monção”.

“O PS, ao encerrar o SAP de Valença, mais uma vez, deu prova das suas falsas promessas eleitorais, pois não cumpriu a primeira prioridade, por si definida, em matéria de saúde para o distrito, que seria a de “melhorar os cuidados de saúde primários em todos os concelho”, afirma o PSD.

- Fonte: JN, RTP 1

Uma tradição respeitada: constitui-se a Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro

A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social da constituição da Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro e a Fena.Sal – Federação Nacional de Produtores de Sal Marinho Artesanal ocorrida hoje, dia 31 de Julho de 2007.

Élio Maia, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, congratulando-se com esta acção refere que “assistimos hoje a um momento histórico em que Aveiro participa na criação de duas estruturas que serão fulcrais para a melhoria da qualidade e organização do sector salícola”.

Estas iniciativas decorrem do projecto Sal do Atlântico|Interreg IIIB, cuja acção número dois se direcciona para a “organização da profissão/reconhecimento do sal artesanal/desenvolvimento de alternativas. Estruturação da profissão salineira artesanal à escala do Espaço Atlântico e da Europa”, vectores fulcrais no desenrolar de todas as restantes vertentes da salicultura tradicional.

A organização do sector salícola aos níveis local, nacional e comunitário, de forma a cumprir a missão do projecto e, principalmente, para contribuir para a valorização do produto das comunidades a si associadas é, deste modo, um imperativo. É neste contexto que se explica a criação de uma entidade associativa que congregue produtores, marnotos e proprietários das marinhas de sal da Ria de Aveiro como entidade de âmbito local. Da mesma forma, a criação de uma federação que reúna os interesses das várias associações locais surge como prolongamento natural e como uma forma de objectivar esses interesses na esfera nacional junto das entidades governativas.



Em simultâneo e aproveitando a oportunidade oferecida pelo projecto Sal do Atlântico, ao garantir a troca de ideias e de experiências com as congéneres nacionais e europeias, pretende constituir-se uma federação europeia de produtores de sal marinho artesanal que seja representativa das várias associações nacionais e que desempenhe o papel de negociadora junto da União Europeia. Os primeiros passos já começaram a ser dados com a realização de reuniões e encontros de produtores, bem como com as entidades decisoras ao nível europeu [Comissão Europeia e Parlamento Europeu], acção em que se conta com a participação activa da Itália. Uma petição foi apresentada à Comissão Europeia no intuito de inscrever o sal marinho artesanal como produto agroalimentar no âmbito do Anexo um do Regulamento [CE] n.º 510/2006 do Conselho, de 20 de Março de 2006, relativo à protecção das indicações geográficas e de denominação de

origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios.

No cerne de toda esta acção está, assim, o desejo de reconhecimento do sal tradicional como produto agroalimentar pela União Europeia, factor decisivo para dar competitividade ao sector e para garantir o acesso a fundos estruturais da esfera dos programas de incentivo à agricultura.

Neste contexto são resultados esperados com a criação destas estruturas associativas:

- Reconhecimento do sal tradicional como produto agroalimentar e, por inerência, como produto diferenciado de qualidade;
- Certificação da actividade e do produto;
- Valorização do sal artesanal e da actividade como produto económico;
- Possibilidade de desenvolvimento de novos produtos associados à salicultura e às marinhas [ex. produção de micro-algas, salicórnia,...] e de novas actividades [turismo...]
- Formação de novos salineiros [cursos de formação profissional]

A conjuntura atrás descrita explica e justifica a criação da Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro, cuja formação/formalização conta com a colaboração da Câmara Municipal de Aveiro. Os seus objectivos estão definidos no artigo Segundo dos Estatutos:

Um – Promover a preservação e a valorização do Salgado de Aveiro, bem como a defesa e a divulgação do sal marinho tradicional e artesanal recolhido à mão.

Dois – Apoiar os proprietários e marnotos na constituição de agrupamentos de marinhas por ilhas e

dinamizar a sua gestão e defesa conjunta.

Três – Divulgar o sal artesanal e produtos associados do Salgado de Aveiro, apoiando a sua comercialização.

Quatro – Promover a defesa do património natural, constituído e cultural, circunscrito à área da Ria de Aveiro, em estreita colaboração com as Autarquias Locais e outras Entidades Nacionais e ou Internacionais, para o desenvolvimento do Sector Salícola.

Cinco – Representar os seus Associados junto da Administração Pública e de outras Entidades de âmbito Regional ou Nacional, bem como em negociações com outros parceiros do Sector do Sal Marinho Artesanal quer directamente, quer por intermédio de estruturas associativas de grau superior.

Seis – Prestar assistência técnica aos seus Associados.

Sete – Promover, realizar ou apoiar cursos de produção ou acções de formação tendentes à melhoria da qualidade do Sal.

Oito – Promover a investigação, o estudo e a divulgação de todas as questões técnicas e científicas respeitantes ao Sal Marinho Artesanal e a outros produtos associados, nas vertentes ambientais, ecológicas, económicas e culturais.”

A Autarquia Aveirense, em todo o processo, responsabiliza-se por ser o dinamizador da acção e da criação da estrutura associativa enquanto parceiro do projecto Sal do Atlântico; mobilizar a comunidade local para a questão da salicultura tradicional; ser membro do grupo de trabalho de fundação da FENA.SAL – Federação Nacional de Produtores de Sal Marinho tradicional sendo responsável pela elaboração da proposta de estatutos e potencial associada da APMRA enquanto detentora de um conjunto de salinas, duas das quais activas, uma em fase de recuperação e as restantes inactivas.

«De olho nas Aves»

A Câmara Municipal leva a efeito a sua iniciativa “de olho nas aves...”, que terá lugar no dia 25 de Agosto, das 8.30 às 19.30 horas, no Rossio e junto à antiga Lota.

Organizada pela SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, com a colaboração da Câmara Municipal de Aveiro, esta iniciativa de sensibilização ambiental, dirigida à população local e turistas,





pretende dar a conhecer as aves presentes na Região de Aveiro.

“De Olho nas Aves” tem por base a colocação de um posto de observação com materiais ópticos e guias de campo disponíveis para ajudar todas as pessoas que queiram aprender um pouco mais sobre as aves (identificação, ciclo de vida, ameaças, etc). É uma iniciativa de acesso livre e não exige inscrição prévia.

No Rossio estará instalado um ponto de informação de apoio para prestar informações sobre a actividade e onde as pessoas serão encaminhadas para a zona da antiga Lota onde será possível observar as aves e obter explicações sobre as mesmas

Concurso de Fotografia “Construções em Terra em Aveiro... e no resto do mundo”

Integrado no V Seminário “Arquitectura da Terra em Portugal” vai decorrer em Aveiro, o Concurso de Fotografia “Construções em Terra em Aveiro... e no resto do mundo”

Com os objectivos de difundir a construção contemporânea em terra e sensibilizar as populações para a importância da conservação e reabilitação das construções em terra, a Câmara Municipal de Aveiro, a Universidade de Aveiro, a Escola Superior da Gallaecia, a Fundação Convento da Orada e a Associação Arquitectura em Portugal, promovem este concurso de Fotografia.

O concurso de fotografia surge no âmbito do V Seminário Arquitectura da Terra em Portugal que irá decorrer de 10 a 13 de Outubro, na Universidade de Aveiro, que se destina a todos os interessados na construção em terra, bem como na reabilitação das construções existentes em terra e, em particular, a arquitectos, engenheiros civis, engenheiros do ambiente, planeadores e investigadores.

“Construções em Terra em Aveiro... e no resto do mundo” dirige-se a todas as pessoas com idade igual ou superior a 16 anos, sendo a participação gratuita. Cada concorrente poderá apresentar um máximo de duas fotografias podendo apresentar as seguintes secções:

fotografia referente a Aveiro e fotografia referente ao resto do mundo. Os prémios a atribuir pelo júri serão um primeiro geral e um segundo prémio para cada uma das secções.

Os trabalhos devem ser entregues no Museu da Cidade – Divisão de Museus e Património Histórico até ao dia 28 de Setembro de 2007 (Museu da Cidade, Rua João Mendonça, 9/11, 3800-200 Aveiro, telefone 234 406 485, museucidade@cm-aveiro.pt).

As imagens não poderão ter sido alvo de manipulação digital, devendo ser apresentadas provas em papel, coladas em k-line, em formato (30 X 40 cm) contendo no verso em letra bem

legível, o pseudónimo do corrente e o título dos trabalhos. Juntamente com as fotografias deverá ser entregue um envelope fechado contendo no exterior o pseudónimo e os títulos das obras e no interior a ficha de inscrição, devidamente preenchida e fotocópia do bilhete de identidade.

O júri será constituído por representantes das entidades promotoras do concurso, estando marcada a entrega dos prémios no dia 12 de Outubro durante a abertura pública da exposição que contemplará, pelo menos, um dos trabalhos de cada participante.

«Oficina de Linguagem Gestual – Nível I» e «Oficina de Pintura em Acrílico»

Com inscrições abertas até ao dia 31 de Agosto vão realizar-se em Aveiro, as “Oficina de Língua Gestual – Nível I” e “Oficina de Pintura em Acrílico”. Em ambas as oficinas – “Oficina de Língua Gestual – Nível I” e “Oficina de Pintura em Acrílico”. As inscrições, no valor de 25 euros cada uma, poderão ser efectuadas na Casa Municipal da Juventude de Aveiro até 31 de Agosto, de Segunda a Sexta-feira, das 9.30 às 18.00 horas.

A “Oficina de Língua Gestual – nível I” irá decorrer aos Sábados, de 8 de Setembro a 20 de Outubro, das 9.30 às 13.00 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro. Destinada a

jovens com idade superior a 14 anos de idade, a formação será orientada por Ana Catarina Dinis que possui o Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores da Associação de Surdos do Porto, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. A oficina aceita inscrições de 20 jovens.

A oficina tem como objectivos sensibilizar e familiarizar pessoas, educadores, professores e amigos dos surdos com a Língua Gestual para facilitar a comunicação no quotidiano, o que supõe o desenvolvimento das seguintes competências específicas: desenvolvimento de competências básicas em Língua Gestual; desenvolvimento de atitudes positivas em relação a esta linguagem, às pessoas surdas e à sua cultura; reconhecimento de aspectos manuais da Língua Gestual; conhecimento da dactilografia; e desenvolvimento de uma conversa de um nível básico usando a este tipo de linguagem.

A “Oficina de Pintura em Acrílico”, destinada a 16 jovens, irá ter lugar às Sextas-feiras, de 7 de Setembro a 12 de Outubro, das 20.00 às 23.00 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro. A cargo de Rosângela Larraz, esta formação tem como principais objectivos desenvolver o conhecimento das cores e texturas e incentivar à liberdade de expressão tendo em conta a compatibilidade recíproca dos diversos materiais. – **Gab. Imp. CM Aveiro**

Notícias da Madeira

«Resolução N° 107» do Governo Regional denuncia caos nos Transportes Aéreos

Do Conselho do Governo Regional da Madeira, recebemos o texto da “Resolução N° 107”, relativa ao que é classificado como “Situação caótica nos Transportes Aéreos e protesto do Governo Regional da Madeira” e que a seguir reproduzimos:

1. O Governo Regional da Madeira, hoje reunido em Conselho de Governo, resolve apresentar, formal e publicamente, o mais veemente protesto pelos danos que a companhia aérea de bandeira, TAP, vem causando aos seus utentes, e, em particular, à Região Autónoma da Madeira.

2. Desde um escandaloso não cumprimento de horários, passando por perdas ou atrasos na entrega das bagagens que mais ainda oneram os custos da TAP, até aos preços, politicamente dolosos quando comparados com outras distâncias, em tudo, o descalabro que está instalado vem lesando a Região Autónoma, a Sua economia, todos os que aqui se dirigem, e fundamentalmente os Residentes.

3. Considera o Governo Regional que a situação se tornou absolutamente insuportável, quer nos preços praticados, quer porque reveladora de incompetências aos mais diversos níveis da empresa TAP e das outras, corresponsáveis por todas as operações desde o embarque à recepção da bagagem.

4. O presente protesto formal é enviado a Suas Excelências O Senhor Presidente da República, O Representante da República na Região Autónoma e O Ministro das Obras Públicas e Transportes.

- **Funchal, 9 de Agosto de 2007, O Conselho do Governo Regional da Madeira**



Notícias de Cascais

António Capucho na confraternização final dos Campeonatos do Mundo de Vela Olímpica

No jantar de confraternização que marcou o final dos Campeonatos do Mundo de Vela Olímpica em Cascais, António Capucho, Presidente da Câmara e um dos grandes entusiastas e apoiantes da impecável organização, proferiu as seguintes declarações:

Entre 28 de Junho e 13 de Julho passado realizaram-se em Cascais os Campeonatos Mundial de Vela da ISAF, concentrando nesta Vila perto de 1000 embarcações em competição, cerca de 1356 velejadores oriundos de 79 países, num total de mais de 4.400 pessoas credenciadas.

Foi a primeira vez que o Mundial da modalidade juntou todas as classes olímpicas na mesma localização, tendo-se atingido um recorde de participação.

Realizaram-se 306 regatas em 5 campos.

O êxito desportivo desta prova começou quando o Clube Naval, a Câmara Municipal, a Marina de Cascais a Junta de Turismo se juntaram sob os auspícios de Patrick Monteiro de Barros e convenceram o Governo a apoiar esta iniciativa. Por isso, esta noite a minha primeira palavra de agradecimento vai para o então Comodoro do Clube Naval pelo seu entusiasmo e empenho nestes contactos e depois na apresentação da candidatura ao ISAF

Isso sucedeu depois da amarga derrota sofrida à vista da meta na disputa com Valência da organização da America's Cup. Uma derrota que não foi fácil de digerir, pois é nossa convicção de que a candidatura de Cascais tinha mérito claramente superior à do adversário. Outras razões e outros valores impuseram-se.

Mas a desfeita não nos tirou a



vontade de trazer para a nossa baía competições de Vela do mais alto nível e surgiu esta oportunidade.

Era uma candidatura difícil em alternativa a muitos outros pretendentes com grande prestígio e experiência, mas obtivemos ganho de causa. Convencemos primeiro o Governo e depois a ISAF.

E não foi fácil argumentar junto do Governo que os 16 milhões de Euros necessários para esta organização (4 milhões a cargo da Câmara e 12 milhões da responsabilidade do Estado Central) tinham retornos turístico e desportivo evidentes.

Mas sejam os Governos dessa época, essencialmente pelo empenho dos Drs. José Luís Arnaut e Rui Gomes da Silva, quer o actual Governo, nas pessoas dos Drs Pedro Silva Pereira e Laurentino Dias, apoiaram de corpo inteiro o lançamento da iniciativa numa primeira fase e confirmaram os compromissos assumidos nesta fase

final, mantendo um suporte activo ao evento. Já tive oportunidade de lhes agradecer formalmente.

«... Inúmeros desafios logísticos à organização, apenas ultrapassados graças ao talento, competência, imaginação e extraordinário empenho dos organizadores...»

O gigantismo do evento, pelo elevado número de velejadores e de embarcações e o reduzido espaço disponível, colocou-nos inúmeros desafios logísticos à organização, apenas ultrapassados graças ao talento, competência, imaginação e extraordinário empenho dos organizadores.

Mas o resultado foi positivo e ficámos muito gratificados quando hoje lemos no site da ISAF as palavras do seu Presidente “a organização da prova e o Povo de Cascais desenvolveram um trabalho fantástico (...) e Cascais providenciou uma magnífica arena para a nossa modalidade desportiva”. Testemunhos no mesmo sentido foram por nós recebidos de todos os quadrantes envolvidos na prova, desde velejadores a responsáveis da ISAF.

O inequívoco e reconhecido sucesso desportivo dos Campeonatos deve-se ao papel de algumas entidades e personalidades que é justo destacar. Nesse sentido apresentei propostas à Câmara Municipal, acolhidas unanimemente, para atribuição a atribuição de Medalhas de Mérito Municipal em reconhecimento pelo contributo para o sucesso que

proporcionaram ao longo das provas e na sua preparação.

Desde logo é atribuído ao Clube Naval de Cascais o mais alto galardão municipal: a Medalha de Honra do Concelho, que distingue pela primeira vez uma pessoa colectiva, pelo papel central desempenhado na organização desportiva dos Campeonatos.

A Medalha dos Serviços Distintos é atribuída ao Eng.º Bernardo Pinto Gonçalves, Administrador no Portugal Vela 2007 designado pela Câmara Municipal de Cascais.

A Medalha de Mérito Desportivo é outorgada a Bruno Santos – Director das Regatas –, a Tiago Marcelino – Harbour Master –, a Beatriz Freitas da Silva – responsável pelo Race Office – e a Vasco Empis – responsável pela logística.

A Medalha de Mérito e Dedicção é concedida ao Eng.º Quintino Nogueira – pelo seu contributo essencial para que na Marina de Cascais as infra-estruturas fossem construídas dentro dos prazos e orçamentos previstos – e a Armando Baptista – que organizou e dirigiu a coordenação das diferentes forças de Segurança e Saúde.

Decidimos também atribuir um Voto de Louvor público aos seguintes colaboradores, serviços e empresas municipais que, no âmbito das suas competências, tudo fizeram para que o evento e o espaço reservado à realização da prova e circulação de participantes deixasse gravada na memória de todos quantos participaram e assistiram às provas a beleza e hospitalidade da região:

- Desde logo a duas personalidades que, em âmbitos muito distintos, pela



sua competência e entrega, muito contribuíram para o sucesso da organização: a Directora Municipal Dr.ª Conceição Cordeiro e o Assessor da Presidência, Eng.º Humberto Sardinha Dias;

- Aos pescadores e armadores que aceitaram interromper as actividades piscatórias e, especialmente, àqueles que colaboraram directamente com a organização em tarefas no mar ligadas à preparação das regatas.

- À EMAC – Empresa de Ambiente de Cascais, que garantiu uma limpeza impecável diária de todos os espaços envolventes. O nosso reconhecimento para todos os colaboradores da EMAC não deixando de sublinhar o profissionalismo e competência do Sr. Paulo Leal pelo modo como preparou, acompanhou e coordenou esta acção da vossa empresa.

- Ao Departamento de Polícia Municipal, pela disponibilidade e profissionalismo demonstrados no âmbito da segurança. Com um número reduzido de efectivos, conseguiu garantir o funcionamento do posto avançado da polícia municipal da Marina, a remoção das viaturas em estacionamento abusivo, os cortes de trânsito, a vigilância dos corredores de emergência e dos parques de estacionamento, sem prejuízo das habituais missões.

- À PSP e à Polícia Marítima pela excelente colaboração que dispensaram ao evento;

- Ao Pelouro e Departamento da Cultura pela forma como souberam organizar eventos culturais paralelos que muito nos prestigiaram, nomeadamente a exposição e edição sobre a História da Vela em Cascais e a exposição sobre a Obra Artística do Rei D. Carlos I.

- Aos Departamentos do Desporto, de Manutenção e Trânsito, ao Serviço Municipal de Protecção Civil, ao Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, à Divisão de Juventude, à ESUC e à Fortaleza de Cascais, por todo o excelente trabalho desenvolvido no âmbito das respectivas competências.

- A todos os voluntários, portugueses e estrangeiros que deram uma excelente imagem da juventude nacional e europeia e que muito contribuíram para a resolução de problemas do dia-a-dia de velejadores e visitantes.

«... os velejadores, destinatários essenciais do nosso trabalho, que tiveram um comportamento globalmente positivo!»

A realização desta prova desportiva muito veio beneficiar os interesses turísticos da região e divulgar a imagem da Costa do Estoril como destino turístico de qualidade com especial vocação para receber grandes eventos no domínio dos desportos náuticos, relançando a ancestral vocação marítima do concelho.

Em breve voltaremos a encontrarmo-nos nas comemorações dos 100 anos da ISAF, que decorrem no Estoril. Mais uma oportunidade para reforçarmos a nossa posição no mundo da Vela internacional.

Deixei para o fim os velejadores, destinatários essenciais do nosso trabalho, que tiveram um comportamento globalmente positivo. Os portugueses não atingiram medalhas mas disputaram 4 finais e cinco tripulações apuraram-se para os Jogos Olímpicos.

A Câmara Municipal decidiu na segunda-feira passada criar o Programa Pequim 2008 com o objectivo de apoiar os atletas olímpicos residentes em Cascais com bolsas que lhes permitam suportar os encargos associados aos programas de treinos.

Queremos reforçar o apoio ao Desporto em geral e à Vela em particular.

Termino com um forte abraço de agradecimento a todos os que na organização, nas empresas e serviços municipais, mas principalmente nas embarcações proporcionaram o êxito obtido e a divulgação por todo o Mundo de imagens inesquecíveis, de beleza inigualável, deste desporto magnífico que é a Vela, praticada na alta competição em campos de regatas num dos cenários mais deslumbrantes que lhes é dado conhecer: a nossa Baía e o nosso Mar de Cascais.

“O Fascínio da Vela” na Casa de Santa Maria

Abordar a evolução da história da vela desde os primeiros tempos até aos



nosso dias foi o objectivo da palestra “O Fascínio da Vela” que Vasco Pinto Basto apresentou na Casa de Santa Maria.

Esta iniciativa integra-se no âmbito da exposição “Vela ao Vento”, de Cristina Leiria, patente até 26 de Agosto naquele local.

No ano em que Cascais recebeu os Campeonatos do Mundo de Vela Olímpica, esta palestra relevou os momentos mais marcantes da história dos desportos náuticos, incontornavelmente ligada ao concelho.

Na mesma oportunidade foi possível apreciar obras em materiais tão diversos como a prata, quartzo e cristal de rocha da autoria da escultora Cristina Leiria. Sob o tema “Vela ao Vento”, a exposição que, nas palavras da artista, é “um hino de beleza e elogio à vida” foi recentemente inaugurada pelo Presidente da Câmara Municipal de Cascais, na presença de figuras ilustres como Maria Cavaco e Silva e Maria Manuela Eanes.

Frota automóvel da Câmara de Cascais mais Verde, com a introdução de veículos híbridos

A Câmara de Cascais receberá na próxima terça-feira, dia 31 de Julho às 11 horas, na Praça do Município, os primeiros cinco veículos híbridos da marca Toyota, que passam a integrar a frota municipal.

O projecto de renovação da frota Municipal assenta na aquisição de 105 veículos, sendo 32 híbridos e 73 veículos equipados com motores que cumprem a norma EURO IV, procurando, assim,

a autarquia contribuir para a redução de consumo de combustível e das emissões de dióxido de carbono, indo ao encontro das normas ambientais em vigor.

A apresentação das novas viaturas híbridas será ainda marcada pela entrega, por parte da Salvador Caetano, cinco centenas de árvores, no âmbito do projecto de sensibilização ambiental iniciado pela marca em 2006 – “Um Toyota, Uma Árvore”, cujo objectivo é plantar 18.200 árvores em todo o país ao longo deste ano.

As árvores serão utilizadas pela Agência Municipal de Ambiente - Cascais Natura, para acções de plantação no âmbito do Projecto Oxigénio, a realizar no próximo Outono, altura indicada para as colocar no terreno. Este projecto integra um estudo, ainda em curso, sobre áreas ardidas e solos sujeitos a forte erosão, com o intuito de requalificar habitats e unidades de paisagem.

Via circular nascente a S. João do Estoril, troço entre a Galiza e o nó do Estoril

Corte de trânsito na Rua do Campo Santo: iniciou-se a empreitada relativa à requalificação do troço da Via Circular Nascente a S. João do Estoril entre o Bairro Social da Galiza e o Nó do Estoril da Auto-Estrada A5.

Esta obra, no valor de cerca de 600 mil euros, de significativa relevância para a melhoria das acessibilidades rodoviárias do Concelho de Cascais,





respeita a um troço essencial da Circular Nascente a S. João do Estoril que, quando estiver concluída na sua totalidade estabelecerá a ligação entre a Estrada Marginal (EN 6) em S. João do Estoril – incluindo a passagem inferior ao caminho-de-ferro – e o Autódromo do Estoril.

O plano de obras prevê, a partir de dia 16 de Agosto, o corte total da Rua do Campo Santo (entre a rotunda do Bairro Social da Galiza e a Rotunda do Nó do Estoril da A5), com excepção de moradores e veículos de emergência.

Os desvios de trânsito estarão devidamente assinalados e passam pelas seguintes vias: Av. Gago Coutinho, Av. do Lidador, Rua Samuel Gonçalves Sanches, Av. da Dinamarca, Av. de França, Av. dos Bombeiros Voluntários e Av. Condes de Barcelona.

Para minimizar possíveis transtornos, a Scotturb criou circuitos alternativos para a carreira 419. Deste modo, a partir do dia 13, esta passou a efectuar o seguinte trajecto: Rua Campo Santo, Rua Cova da Milha, Rua Teixeira Pascoais, Rua das Camélias e Rua dos Rosmaninhos, retomando depois o percurso normal.

Com um prazo de execução de cerca de 6 meses, a obra prevê trabalhos de terraplanagem, drenagem pluvial, pavimentação, construção de muros de suporte, construção de passeios, rede de abastecimento de água e saneamento, infra-estruturas de electricidade, telecomunicações e gás natural e a construção de um parque de estacionamento.

Festas do Mar na Baía de Cascais

A Baía de Cascais voltou a receber as Festas do Mar entre os dias 3 e 15

de Agosto. Um programa vasto com nomes de destaque do panorama artístico nacional, sete noites de fogo de artifício e mostras gastronómicas e de artesanato foram as propostas do evento.

Marcaram presença na edição deste ano das Festas do Mar os Blasted Mechanism, Marco Paulo, Ala dos Namorados, Delfins, Camané, Fingertips, Diana e Boss AC, entre outros que animaram as noites na Baía de Cascais, sempre a partir das 22H00.

Para além dos espectáculos, a organização do evento apostou este ano na forte presença de artesãos, que irão trabalhar ao vivo em cerâmica, vitral, escultura em madeira e pintura a óleo.

A entrada no recinto é gratuita, estando ao dispor dos visitantes, das 12H00 às 24H00, as tradicionais propostas gastronómicas.

No encerramento da iniciativa, no dia 15 de Agosto, teve lugar na Baía de Cascais, a tradicional procissão Terra e Mar e Bênção do Mar, reveladora da devoção da comunidade piscatória a N.ª. Sra. dos Navegantes.

“A História da Vela em Cascais”

Também para assinalar os Campeonatos Mundiais de Vela e as Comemorações do Centenário da Federação Internacional de Vela (ISAF), a Câmara Municipal, em

homenagem à tradição do concelho no domínio da história dos desportos náuticos, promoveu de 22 de Junho, com termo a 9 de Setembro, a mostra “A História da Vela em Cascais”.

A exposição apresenta imagens, peças e documentos inéditos indispensáveis para a compreensão do desenvolvimento da modalidade em Cascais à luz dos principais acontecimentos nacionais e internacionais. A investigação que culmina nesta mostra foi conduzida por técnicos da Câmara Municipal e contou com a colaboração de múltiplas instituições, de entre as quais se destacam: o Arquivo Histórico de Marinha, a Biblioteca Nacional de Portugal, a Biblioteca Nacional do Desporto, a Biblioteca Central da Marinha, a Hemeroteca Municipal de Lisboa, o Museu de Marinha, a Associação Naval de Lisboa e o Clube Naval de Lisboa, bem como junto de um número significativo de particulares.

A exposição foi inaugurada no Centro Cultural de Cascais (Av. Rei Umberto II de Itália) no dia 22 de Junho, pelas 18h30, e estará patente ao público até ao dia 9 de Setembro, de Terça-feira a Domingo, das 10h00 às 18h00.

– Fontes: Gab. Imprensa CM Cascais, fotos gentileza de Luís Bento

Notícias de Setúbal

Vereadores PSD justificam “chumbo” das obras na Luísa Todi

Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Setúbal justificaram a decisão de chumbar o licenciamento da empreitada na Avenida Luísa Todi com a falta de informação veiculada pela maioria CDU sobre o Programa Polis na cidade.

Os três vereadores eleitos pelo PSD acusaram a presidente de Câmara, Maria das Dores Meira (CDU), que tem maioria relativa na autarquia, de ter sido, ao longo de todo o processo, “evasiva” e de não ter discutido os projectos em reuniões de Câmara.

“Lamentavelmente, os vereadores da oposição apenas tinham conhecimento do andamento do Programa Polis pelas notícias publicadas na comunicação social”, afirmou Paulo Valdez em conferência de imprensa.

A falta de estacionamento, o facto de ser prejudicial para o comércio local e problemas nas acessibilidades foram as principais

razões apontadas para a reprovação do projecto na reunião de Câmara da última segunda-feira.

O projecto apresentado nessa reunião previa o fecho de uma das artérias da avenida, privilegiando espaços de lazer e de circulação pedonal ou em bicicleta, além de aumentar os espaços verdes.

Além destas razões, o PSD acusou ainda a maioria relativa comunista de não querer dialogar com a cidade, “na sofreguidão de haver alguma obra de fachada para mostrar em 2009, sem se preocuparem com os reais interesses dos que aqui vivem ou em recuperar a baixa da cidade, essa sim a necessitar urgentemente de uma intervenção”.

Relativamente à indemnização que terá de ser paga ao concessionário da obra por parte da autarquia, cerca de três milhões e meio de euros, o vereador Paulo Calado afirmou à Agência Lusa que “esse dinheiro não sai directamente dos cofres da Câmara”.

Para sustentar a afirmação, revelou



que esse dinheiro será retirado dos fundos que foram atribuídos à Sociedade Setúbal Polis, da qual a Câmara Municipal detém 40 por cento do capital.

“Na segunda-feira passada, votámos a favor da avenida Luísa Todi, a favor do Mercado do Livramento, a favor do comércio e da possibilidade dos residentes e visitantes poderem continuar a aceder com facilidade à baixa comercial, uma vez que a

intervenção Polis não vai ao encontro das necessidades da cidade e das aspirações dos setubalenses”, justificaram os social-democratas.

No entanto, Paulo Calado não colocou de parte a hipótese de os vereadores do PSD votarem a favor de uma nova proposta que minimize os valores de indemnização a pagar, isto “se o novo projecto apresentado for de encontro ao que se pretende”.

– Fonte: Lusa

Notícias de Tavira

Diversas da actividade de uma das mais progressivas cidades algarvias

O Palácio da Galeria/ Museu Municipal de Tavira acolhe, de 8 de Agosto e 8 de Setembro, às Quartas-feiras, Sextas-feiras e Sábados, das 20h30 às 22h30, a oficina de criação teatral “Portas que se abrem”, organizada pela associação Armação do Artista, Tavira.

Inaugurações marcam hoje, 15 de Quarta-feira, um programa que contempla diversas inaugurações, nas freguesias de Cachopo e Santo Estêvão.

III Seminário de Estudos Históricos sobre o Algarve em Tavira, decorreu no dia 11 de Agosto, com início pelas 10h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, numa organização da Associação de Estudo e Defesa do Património de Tavira, com o apoio da Câmara Municipal.

Limpeza das Estradas Nacionais: o Banco de Voluntariado de Tavira, em articulação com a Divisão de Ambiente e Energia do Município, promoveu uma acção de limpeza dos



trços urbanos da EN125 e da EN 270, situados entre os seguintes quatro pontos estratégicos: rotunda dos Moinhos, rotunda da Vela ao Vento, cemitério municipal e o Almargem, num total de cerca de 9 kms.

No âmbito da animação desportiva das praias, a Câmara Municipal de Tavira, em colaboração com a Associação de Atletismo do Algarve e com o apoio da Powerade, realiza hoje, quarta feira, a XVIII Corrida Mar Azul, ao longo de três praias.

Pela primeira vez em Tavira, os Mind da Gap proporcionaram momentos de vida e cor junto do público mais jovem, no próximo no Domingo passado, pelas 22h30, na

Fábrica Balsense, um concerto integrado no programa Verão em Tavira, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Juventude.

No dia 11 de Agosto, Sábado, tevelugar, pelas 18h30, a atribuição e alienação directa de fogos de tipologia T3 na freguesia de Santa Luzia, junto aos blocos de habitação social, sítos na Rua José de Oliveira.

Verão em cheio na Praça da República: na quinta feira passada, e com muitas notas inovadoras, o programa “Verão em Tavira, está, uma vez mais, iniciou a divulgação das mais variadas artes nas suas diferentes expressões e disciplinas. - **Comunicado do Gab. Imp. CM Tavira**



Notícias de Sintra

Recuperação do Fontanário de Belas



Está concluída a recuperação do fontanário de 1841, na freguesia de Belas, bem como a praceta onde está situado. Os 166 anos do fontanário são um exemplo vivo de respeito pela tradição e pela salutar reintegração nos novos tempos, daí que a Câmara de Sintra tenha procedido à sua preservação.

Ao longo dos tempos, os fontanários perderam as suas funções de coesão social e, naturalmente, de abastecimento de água, tornando-se peças de arquitectura tradicional que, hoje, constituem marcos históricos.

A sua preservação assume, por isso, incontestada reivindicação pela Câmara

Municipal de Sintra, empenhada em garantir os testemunhos da memória colectiva e de cultura popular.

- CM Sintra



Projecto Parque Natural da Serra da Gardunha

A inclusão na Rede Natura 2000 obriga à elaboração de figuras de Planeamento e Ordenamento que enquadrem a conservação das espécies da fauna flora e habitats e devem ter em conta o desenvolvimento económico e social. O plano de gestão específico para o Sítio de Interesse Comunitário (SIC) Serra da Gardunha parece constituir o meio mais seguro para cumprir a obrigação de estabelecer medidas de conservação (art. 7º Dec. Lei n.º 140/99 e art. 6º da Directiva (92/43/CEE), visto que permitem nomeadamente identificar os objectivos, antecipar e resolver eventuais dificuldades com os proprietários ou os utilizadores da Serra da Gardunha, “definir os meios de acção e planear a longo prazo a sua conservação” (in “Natura 2000 a Gestão do nosso património, Comissão Europeia”).

Este SIC encerra um elevado património natural (habitats e espécies) e paisagístico sendo de realçar a presença do endemismo exclusivo *Asphodelus bento-rainhae* P.Silva, espécie considerada prioritária para a conservação no espaço Comunitário (Anexo II Directiva 92/43/CEE e Dec. Lei 140/99).

A biodiversidade da Serra da Gardunha, cujo valor biológico, estético e genético é inestimável, constitui um elemento de identidade. Representa uma herança natural que temos o dever moral de gerir meticolosamente de modo a poder transmiti-la às gerações futuro. Este património natural, apesar de ser, ainda, rico é frágil, de modo que garantir a sua perenidade, constitui um objectivo primordial para as entidades que se propõem realizar este projecto.

A conservação da natureza na

Serra da Gardunha é uma das principais preocupações deste projecto. Deste modo, seguindo uma ideia de que: “...para conservar é preciso conhecer...”, pretende-se que este seja um primeiro passo para a criação de um plano de gestão e ordenamento (sensu lato) que fomenta um processo participativo e estratégico do desenvolvimento integrado e equilibrado da Gardunha. Por conseguinte, pensamos que este projecto é uma oportunidade única para demonstrar que as preocupações ambientais podem ser integradas noutras actividades, uma vez que a conservação da natureza faz parte do ordenamento do território e deve ser compatível com numerosas actividades sócio-económicas - em especial o turismo e floresta - e deste modo potenciar a criação de emprego.

Numa segunda fase, pensamos que para enquadrar toda as sinergias desenvolvidas no âmbito desta proposta a figura de uma área protegida (parque natural) seria a que do ponto de vista lógico funcionaria como estrutura reguladora e potenciadora do plano de gestão e ordenamento para a Gardunha.

Objectivo Geral

- Impulsionar a conservação e valorização do património natural na Serra da Gardunha, em conformidade com uma estratégia de conservação da natureza e da biodiversidade;

- Estabelecer uma base científica sólida para a implementação de um futuro plano de ordenamento e gestão da Serra da Gardunha tendo em conta os constrangimentos e mais valias locais e regionais;

- Promover a utilização



sustentada dos recursos naturais;

- Divulgação turística

- Floresta
- Turismo de Natureza
- Cartografia e SIG

Objectivos Específicos

Todos os levantamentos e estudos a realizar no âmbito deste projecto têm como principal objectivo definir uma base sólida de informação bem caracterizada, maleável e actualizável para no futuro estabelecer-se o plano de ordenamento e gestão para a Serra da Gardunha.

Deste modo, subdividiu-se as caracterizações/levantamentos por áreas científicas tais como:

- Flora e Vegetação/Habitats
- Fauna
- Geologia e Pedologia - Geomorfologia, Hidrogeologia
- Etnobotânica e Etnografia
- Micologia
- Apicultura
- Sócio-económico
- Silvo-Pastorícia e Agrícola

Estão contempladas neste projecto algumas acções:

- Acções de manejo de Espécies e Habitats

- Controlo de exóticas (Mimosas)

- Recuperação de habitats autóctones

- Controlo de herbívoros em micro-habitats

- Criação de infra-estruturas apoio ao turismo de natureza, de interpretação e informação

- Acções de divulgação, educação Ambiental e de boas práticas agrícolas e florestais

- Acções de apoio ao desenvolvimento local

Assim, reconhecendo o interesse público das acções e estudos propostos, celebrou-se um protocolo de





colaboração e execução deste projecto, entre a Câmara Municipal do Fundão e a ADESGAR - Associação de Defesa e Desenvolvimento da Serra da Gardunha.

Este projecto foi financiado a 75% através do III Quadro Comunitário de Apoio do Programa Operacional da Região Centro - Eixo III Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas, Medida 3.13 Ambiente.

O Homem como ser vivo e agente económico dá origem à formação de resíduos de origem e natureza muito diversa, cuja acumulação, afecta negativamente os ecossistemas e constitui hoje, um problema angustiante dos países industrializados. O aumento da densidade populacional, o desenvolvimento do processo de urbanização, a procura crescente de bens de consumo e o aumento da publicidade são alguns factores que induzem a um aumento incessante de peso e volume dos resíduos produzidos, verificando-se que a sociedade de consumo em que vivemos se torna cada vez mais incapaz de

eliminar com eficácia os seus desperdícios, vendo-se assim confrontado com a degradação da sua qualidade de vida.

Neste contexto, a linha de pensamento geral a ser seguida vai no sentido de se desvalorizar o consumo excessivo e de se começar a dar valor à preservação do ambiente, através de três aspectos fundamentais:

Minimizar a quantidade de resíduos produzidos, através da prevenção da sua produção;

Reutilização: Dar uma nova utilidade a materiais já utilizados;

Reciclar: Recuperar os materiais constituintes dos resíduos para os integrar de novo no seu próprio ciclo de produção.

Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

O tipo de recolha praticada pela Autarquia é essencialmente a chamada Recolha Indiferenciada. No entanto, com o intuito de aplicar o “R” da reciclagem, a Autarquia reformou a recolha de resíduos, implementando em todo o concelho, paralelamente à Recolha Indiferenciada a Recolha Selectiva.

Assim, a remoção de resíduos é feita de duas formas distintas e com diferentes funções:

Recolha Indiferenciada, feita a partir de contentores e Molock’s de 800 e 5000 litros respectivamente, onde são colocados os resíduos;

Recolha Selectiva, feita a partir de Ecopontos-constituídos por um conjunto de três contentores de pequena dimensão para acondicionar resíduos triados/separados, tais como: papel e cartão; vidro e embalagens, onde são colocados resíduos que são passíveis de recuperar através da reciclagem.

Destino Final de RSU Indiferenciados

Os resíduos da recolha indiferenciada, são encaminhados para o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira, constituído por uma Central de Compostagem e por um Aterro Sanitário.

A Compostagem tem como objectivos principais a valorização e o reaproveitamento da matéria orgânica contida nos resíduos, dando origem a um produto suficientemente estabilizado, designado “Composto” que pode ser aplicado no solo com várias vantagens sobre os fertilizantes químicos. É portanto, uma forma de atenuar o problema dos RSU, dando um destino útil aos resíduos orgânicos. É um processo natural de decomposição biológica, que evita a acumulação de RSU em aterro e devolve à terra os nutrientes que esta necessita, transformando um problema numa solução.

Recolha de Resíduos Domésticos Volumosos

Não abandone os resíduos domésticos volumosos chamados “Monstros” na via pública, tais como: electrodomésticos, mobiliário, baterias, pneus, etc. que pela sua natureza, peso e dimensão não podem ser objecto de remoção normal.

Para tal, o Serviço de Higiene e Limpeza da Autarquia possui um sistema de recolha dos mesmos, devendo o munícipe entrar em contacto com o serviço através da

Linha Verde nº 800205101.

Recolha e Desmantelamento Mecânico de Veículos em Fim de Vida (VFV)

Ao chegarem ao fim da sua vida útil, os veículos automóveis passam a constituir um fluxo de resíduos, ou seja, começaram a ser um factor poluente

O Município do Fundão em parceria com a Associação de Municípios da Cova da Beira e a ENERAREA-Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, está a promover uma campanha que visa sensibilizar a população para a problemática das viaturas abandonadas na via pública.

Os VFC têm características e componentes muito específicos que, quando passados à condição de resíduos, são classificados como perigosos para o ser humano e para a Natureza.

Deste modo, deve dar-se prioridade à reciclagem e recuperação ambiental dos VFV através do seu desmantelamento, segundo normas bem definidas, não recorrendo de modo algum à entrega dos mesmos em sucatas, pois estas são um foco de poluição e aglomeração de resíduos.

Assim, podem ser dados para abate todo o tipo de veículos, que sejam ligeiros ou pesados, devendo os seus proprietários entregar nesta Câmara Municipal:

Livrete; título de registo de propriedade do veículo.

Os veículos são recolhidos pela Câmara Municipal do Fundão, sendo posteriormente desmantelados e separados nos seus diversos componentes através da empresa MACROPEÇAS. Os resíduos como óleos ou ácidos da bateria são encaminhadas para uma estação de tratamento, onde são convenientemente tratados.

Através da adopção de atitudes verdes como é a entrega para abate de VFV, ambientalmente perigosos, está a contribuir para uma melhor qualidade de vida das populações.

– Gab. Imp. CM Fundão



«O número de unidades de cuidados para idosos deve triplicar» - Costa Neves avalia os problemas da infância e 3ª idade

Falando em Ponta Delgada, o líder do PSD/Açores defendeu que a Região necessita de “triplicar” o número de unidades de cuidados para idosos, de forma a fazer face ao aumento das listas de espera neste tipo de instituições.

“Muitos açorianos dirigem-se a mim chamando a atenção para a sua situação de desespero e angústia por não poderem ter acesso a este tipo de unidades e o nosso compromisso é, sendo governo, criar mais unidades deste tipo, pois precisávamos de triplicar o seu número”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas, no final de uma visita ao centro de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, onde a lista de espera é “muito grande”.

O líder social-democrata considerou também que é preciso “criar uma relação mais clara” com as instituições que desenvolvem esta actividade.

“A Região tem apoiado estas unidades, mas numa base precária, de arbitrariedade, em que não há um compromisso claro do governo regional de, em relação a instituições como esta, apoiar com um acordo de cooperação claramente estabelecido e que delimite as responsabilidades de ambos os lados”, salientou o presidente do PSD/Açores.

Costa Neves garantiu, por isso, que quando os social-democratas formarem governo vão “estabelecer esse compromisso com toda a transparência, para que todas as instituições saibam aquilo a que têm direito em cada um dos casos”.

No centro de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada estão internadas 64



peças, com idades compreendidas entre os 40 e 95 anos, que sofreram hemorragias ou acidentes cerebrais vasculares.

O líder do PSD/Açores continua a alertar que o arquipélago está, em termos políticos, no “grau zero” no

apoio aos idosos e acusou o Governo Regional socialista de apoiar de forma precária as instituições desta área.

Falando em Praia da Vitória, afirmou que “Temos de constar que, em termos políticos, estamos no grau zero de políticas para idosos”, afirmou Carlos Costa Neves, depois de visitar o centro de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

Segundo disse, “são muito poucos” os lugares disponíveis nas ilhas para idosos que necessitam de cuidados de saúde, o que leva a situações de “angústia, de desespero mesmo”, pela falta de resposta para estas situações.

Assegurou que o PSD/Açores, quando chegar ao Governo, compromete-se a criar mais unidades de cuidados continuados, alegando ser necessário, pelo menos, triplicar o número de estruturas deste tipo nas ilhas.

Além disso, Costa Neves defendeu

uma “relação clara” entre o executivo açoriano e as instituições que prestam um “trabalho precioso”, as quais têm recebido apoios públicos “numa base precária”.

Com uma “pensão média na região para idosos de cerca de 230 euros e como uma cama numa unidade custa 2.000 euros por mês, rapidamente concluímos que o Estado tem de entrar com grande parte da diferença”, disse Costa Neves.

Salientou, ainda, que o Governo açoriano deve definir previamente o número de camas necessárias para os Açores para este tipo de cuidados, compartilhar as instituições e manter os equipamentos.

Complementarmente a esta falta de acção do Governo socialista, Costa Neves, afirmou que o governo regional “não tem uma política para o acolhimento de idosos, de planeamento familiar, de fixação de jovens e de natalidade”.

“Nas ilhas há cada vez mais idosos, cada vez menos jovens, porque não existe uma política de planeamento familiar nem de apoios concretos e visíveis se as famílias pretenderem ter mais filhos”, salientou Costa Neves, no final de uma visita a uma creche privada na Praia da Vitória.

Segundo o líder social-democrata, “as famílias não sabem com o que contar se quiserem ter filhos”.

O presidente do PSD/Açores criticou, por isso, o governo regional “por dar apoio às famílias através de instituições privadas de solidariedade social e não fazer o mesmo a famílias que queiram colocar os seus filhos nas instituições privadas”.

Costa Neves acrescentou que “este tipo de política não se compreende quando se sabe que a Região não possui estruturas suficientes para acolher jovens e mesmo idosos”.

Segundo o dirigente social-democrata, “existem famílias que já possuem inscrições em creches apoiadas pelo governo mesmo antes de terem os filhos, uma forma de garantirem um lugar para quando a criança nascer”.

O presidente do PSD/Açores reivindicou, por outro lado, uma “política de planeamento eficaz, urgentemente necessária na região do país que tem maior número de gravidezes de adolescentes”.

Costa Neves lamentou também que o governo regional socialista “crie





demasiadas dificuldades burocráticas aos privados que pretendem abrir uma creche”.

“Além de que certas entidades oficiais copiam as iniciativas privadas como sejam as colónias de férias”, realçou o líder social-democrata.

De acordo com Costa Neves, “o que não se controla é olhado com desconfiança por parte das entidades oficiais”.

“Esta atitude é contraditória com o discurso do empreendedorismo com que sistematicamente apelam à sociedade para tomar iniciativas”, considerou.

Segundo o líder social-democrata, é altura “de se esclarecer o rumo que este governo quer para os seus jovens e as famílias açorianas”.

“Ou então já é em tempo de aguardar mais um ano e esperar que os açorianos nos dêem condições para poder resolver esses problemas, pois para eles teremos certamente respostas”, garantiu Costa Neves.

O presidente do PSD/Açores esteve acompanhado pelos deputados social-democratas eleitos pela Terceira, assim como autarcas e dirigentes locais do partido, numa visita a várias instituições e serviços da freguesia de Santa Cruz, na Praia da Vitória. - **Gab. Imp. PSD/Açores**

Saída da Câmara Municipal da R. Grande da Lista Negra das Câmaras Municipais com endividamento Superior a 100%

Quando menos se espera, o Presidente da Câmara da Ribeira Grande volta a falar em dívidas da anterior gestão camarária da responsabilidade do PSD. Uma vez por outra, Ricardo Silva vê-se apertado pelos munícipes pela falta de cumprimento das promessas eleitorais e para se descartar, recorre à habitual cassette, já gasta e sem credibilidade.

Recorde-se que, na altura do anterior executivo camarário, a Edilidade ribeiragrãndense não se encontrava ainda com a capacidade de endividamento esgotada e tal situação só ocorreu no actual mandado. É verdade que a dívida acumulada é resultado dos empréstimos dos anteriores executivos e quando Ricardo Silva sair da Câmara, outros autarcas continuarão a pagar a dívida acumulada que ele, entretanto, tem vindo a contrair.

Por isso, não se entende o foguetório que o actual Presidente da Câmara procura lançar. Se uma

autarquia tem uma grande dívida, não pode, como ele tem feito, gastar a torto e a direito em festas, festinhas, viagens e outras despesas que em nada contribuem para o bem-estar da população.

A dívida é necessária para que se façam obras no Concelho. Um Concelho sem dívida é sinónimo de atraso, pois as verbas disponíveis são sempre diminutas e é preciso não desperdiçar os apoios da União Europeia, sem os quais não há progresso, nem desenvolvimento.

Contudo se a dívida fosse proporcional ao alarde que dela fez, e continua a fazer, certamente que não teria tido ainda a possibilidade de

novamente a existência de um “empenhamento político” de todas forças partidárias e dos órgãos de governo próprio da Região em torno de uma “reconfiguração” da Universidade dos Açores (UAç) que assegure a sustentabilidade da instituição, face ao novo regime jurídico do ensino superior.

“Importa haver um empenhamento político de todos os partidos e órgãos de governo próprio no que há de ser o novo regime de financiamento das universidades”, afirmou José Manuel Bolieiro, vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata, após um encontro com o Sindicato Nacional do Ensino



satisfazer os compromissos assumidos pela Câmara nem de ter saído da Lista Negra. Perante factos, resta aos ribeiragrãndenses sorrirem com comiserção. - **Vereadores PSD da CM Ribeira Grande**

PSD quer “empenhamento político” em prol da Universidade

O PSD/Açores defendeu

Superior.

O deputado do PSD/Açores, que salientou que a tripolaridade da academia açoriana é uma “virtude da unidade do arquipélago”, alertou para necessidade de uma “reconfiguração” da UAç, de forma a assegurar a “valorização das competências instaladas, garantindo assim a qualificação dos recursos humanos e a sustentabilidade da universidade”.

Segundo José Manuel Bolieiro, a UAç “é fundamental para o desenvolvimento dos Açores, qualificação dos seus recursos humanos e monitorização do estado económico e social da Região”.

O vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata defendeu também que a academia açoriana deve “investir na competitividade”, de modo a “conseguir captar o interesse de mais alunos”, e apostar na excelência da investigação produzida nos Açores, como forma de “ganhar visibilidade nacional e internacional”.

Na audiência com os dirigentes sindicais, que contou também com a presença dos deputados social-democratas António Marinho e Maria José Duarte, foram abordados, entre outros temas, o desinvestimento nas universidades portuguesas e as consequentes dificuldades financeiras.

- **Gab. Imp. PSD/Açores**





Torres Novas

Por deliberação do Conselho Nacional, de 21 de Julho de 2007, convocam-se os militantes desta Secção, para reunirem no dia, hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos.

1. Eleição Directa do Presidente da Comissão Política Nacional.
2. Eleição dos Delegados ao XXX Congresso Nacional do P.S.D.

Dia: 28-09-2007 **Início:** às 18h.
Encerramento: às 23h.

Local: Sede do PSD

NOTA: As listas candidatas a Delegados, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral.



CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Setúbal, a ter lugar no próximo dia 16 de Setembro de 2007 (Domingo), pelas 15 horas, no Auditório dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, no Edifício dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, sito na Avenida Aliança Povo MFA, Almada Cacilhas (em frente à LISNAVE), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Eleições dos representantes da JSD Distrital de Setúbal à Assembleia Distrital do PSD de Setúbal;
- 3 – Eleição do membro para o

Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;

4– Análise da Situação Política.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Neuza Salgueiro)

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se uma Assembleia de Secção Eleitoral, a realizar no próximo dia 1 de Outubro de 2007, na Sede de Secção, sita à Rua Eng. Duarte Pacheco, n.º 987, 4470-010 Maia, entre a 19h00 e as 21h00 com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção da JSD da Maia.

Nota: A entrega de listas será feita conforme os Estatutos Nacionais da JSD, sendo que para o efeito, a Sede estará aberta no dia 28 de Setembro

entre as 21h30 e as 00h00.

O Presidente da Assembleia de Secção
(Hugo Alexandre da Silva Maia)

NÚCLEO VILA NOVA DE MÚIA (PONTE DA BARCA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes do Núcleo de Lanheses, para reunir no dia 15 de Setembro de 2007, pelas 15 horas, na Sede da JSD Vila Nova de Múia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo Vila Nova de Múia.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 15h30 às 17h30.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Osvaldo Gomes)